

CPI DO JUDICIÁRIO

Ex-presidente do TRT-SP presta depoimento hoje

Atual presidente do tribunal, Floriano Correia Vaz da Silva, disse ontem, ao depor na comissão, que o prejuízo com a construção do prédio-sede das juntas de conciliação pode se tornar ainda maior, pois há risco de desabamento



CPI do Judiciário ouviu ontem o atual presidente do TRT-SP sobre as obras inacabadas do prédio-sede das juntas de conciliação

O juiz Nicolau dos Santos Neto, ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo, deve prestar depoimento hoje, a partir das 10h, à Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga denúncias de irregularidades no Poder Judiciário. Ele presidia o tribunal à época em que tiveram início as obras do prédio das juntas de conciliação e julgamento, que já custaram cerca de R\$ 230 milhões e permanecem inacabadas.

O atual presidente do TRT-SP, Floriano Correia Vaz da Silva, afirmou ontem, perante a CPI, que o prejuízo com a construção do prédio-sede das juntas pode se tornar ainda maior. Segundo ele, se não forem tomadas medidas preventivas, o prédio corre o risco de desabar.

PÁGINAS 3 E 4

Plenário votará amanhã extinção do juiz classista

O Senado deve votar amanhã, em primeiro turno, proposta de emenda constitucional que extingue a figura do juiz classista na Justiça do Trabalho. De autoria do então senador Gilberto Miranda, a matéria tem substitutivo do relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, senador Jefferson Péres. Na mesma sessão estará em discussão proposta da senadora Emilia Fernandes que mantém os juízes classistas, mas altera o processo pelo qual eles são escolhidos.

PÁGINA 3

CPI DOS BANCOS



Maria do Socorro Costa de Carvalho (E) e Tereza Cristina Grossi Togni, funcionárias do Banco Central, prestaram depoimento ontem à tarde na comissão



Técnica do BC diz que ajuda aos bancos foi "atípica"

A operação de socorro aos bancos Marka e FonteCindam foi "atípica", afirmou ontem à CPI dos Bancos Maria do Socorro Costa de Carvalho, ex-chefe do Departamento de Operações de Câmbio do BC. Ela disse que a operação foi decidida pela diretoria do Banco Central.

Em outro depoimento, a chefe do Departamen-

to de Fiscalização do BC, Teresa Cristina Grossi, garantiu que foi ela quem pediu à Bolsa de Mercadorias & Futuros uma carta sobre os problemas enfrentados por alguns bancos após a desvalorização do real.

PÁGINAS 5 E 6

CAE

Empréstimo do BID entra em discussão

PÁGINA 2

CE

Espanhol pode ser obrigatório

PÁGINA 2

CAE analisa crédito externo para apoiar pequena empresa

Comissão se reúne com 22 itens na pauta, inclusive pedido de autorização para contrato entre o BNDES e o BID

Sob a presidência do senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), a Comissão de Assuntos Econômicos reúne-se hoje, às 10h, com uma pauta de 22 itens. Entre eles está mensagem presidencial pedindo autorização do Senado para contratação de crédito externo de US\$ 1,2 bilhão, com garantia do Brasil, entre o BNDES e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

Enquadrado no Programa de Emergência do Governo Federal, esse crédito externo, conforme a mensagem, será destinado ao financiamento do Programa Global de Apoio Creditício às Pequenas e Médias Empresas. O relator é o senador Luiz Estevão (PMDB-DF), que tem parecer favorável. Ele relatará também projeto do senador Lauro Campos



CAE vai discutir também incentivo a empresas que contratem trabalhadores com mais de 40 anos

(PT-DF) que cria uma área de livre comércio para Brasília.

Os integrantes da CAE deverão ainda deliberar sobre projeto do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que cria incentivo fiscal para empresas que possuam empregados com mais de 40 anos. O parecer do relator Jo-

nas Pinheiro é favorável. De autoria da senadora Marina Silva (PT-AC), será examinado projeto que cria reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal para unidades da Federação que abrigarem áreas de conservação da natureza e terras indígenas.

CE discute ensino obrigatório de espanhol

Presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), a Comissão de Educação reúne-se hoje, logo após a Ordem do Dia do Senado, para deliberar sobre uma pauta de 17 itens, entre eles o projeto oriundo da Câmara que torna obrigatória a inclusão do ensino da língua espanhola nos currículos dos estabelecimentos de en-



Freitas Neto

sino de 1º e 2º graus.

Também aguardam decisão projetos relacionados à renovação de concessão ou permissão outorgada a 11 emissoras de rádio, assim como iniciativa da senadora Marina Silva (PT-AC) que institui o Dia Nacional de Luta pela Reforma

Agrária.

Dois projetos autorizam o Poder

Executivo a criar escolas agrotécnicas federais nos municípios de Mucajaí (RR) e Anauá (RR). Um outro dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação dos índices de evasão e repetência nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio.

De iniciativa do Poder Executivo, também deverá ser examinado projeto que inscreve o nome de d. Pedro I no Livro dos Heróis da Pátria.

Acordos internacionais entram na pauta da CRE

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), reúne-se hoje, às 17h30, com uma pauta de 11 itens, entre eles o projeto que aprova o Acordo de Cooperação entre Governos Integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa para a Redução da Demanda, Prevenção do Uso Indevido e Combate à

Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas. O documento foi assinado em Salvador, em julho de 1997.

Também aguarda de liberação da comissão o texto da Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho, sobre os



José Sarney

povos indígenas e tribais em países independentes. Deve ainda ser examinado o Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado entre o governo brasileiro e o governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, em dezembro de 1997.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 4 DE MAIO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

11h - Recebe sua majestade a rainha Margrethe II, da Dinamarca
15h30 - Preside a sessão deliberativa do Senado

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *Requerimento nº 207/99, que solicita urgência para o PLC nº 6/99 - Complementar, de iniciativa do presidente da República, que disciplina os limites das despesas com pessoal, na forma do art. 169 da Constituição; *Projeto de Resolução nº 50/99, que autoriza o município de Montes Claros (MG) a contratar operação de crédito junto ao fundo de investimento do Programa de Saneamento Ambiental, Organização e Modernização dos Municípios (Fundo Soma), administrado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A (BDMG), no valor de R\$ 6,6 milhões, destinada a investimentos em infra-estrutura urbana; e segundo dia de discussão, em segundo turno, do substitutivo à *PEC nº 19/97, que dispõe sobre a destinação de recursos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, para a implementação, funcionamento e gestão do Sistema Único de Saúde.

COMISSÕES

10h - CPI do Judiciário

Pauta: Depoimento do ex-presidente do TRT/SP, Nicolau dos Santos. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: *Mensagem nº 99/99, que solicita seja autorizada a contratação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 1,2 bilhão, de principal, entre o BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinada ao financiamento do Programa Global de Apoio Creditício às Pequenas e Médias Empresas; *PLS nº 96/99, que incentiva os meios de comunicação social, de transportes e outras empresas a publicar fotografias com identificação e número telefônico para contato de crianças e adolescentes desaparecidos ou seqüestrados; *PLS nº 13/99, que altera a Lei Complementar nº 82/95, acrescentando parágrafo ao art. 1º, III, para dispor sobre cômputo das receitas e despesas correntes do Distrito Federal; *PRS nº 22/99, que acrescenta artigo à Resolução do Senado Federal nº 78, de 1/7/98, para excepcionar as operações de crédito destinadas à modernização da administração tributária e gestão fiscal; *PRS nº 27/99, que acrescenta artigo à Resolução do Senado Federal nº 78, de 1/7/98, para excepcionar as operações de crédito junto ao BNDES destinadas à implantação de Projetos Multissetoriais Integrados - PMI; *PLS nº 255/97, que fixa prazo para restituição do imposto de renda descontado na fonte; *PLS nº 258/95, que cria área de livre comércio em Brasília; *PLS nº 94/99, que dispõe sobre seguro de crédito às microempresas e às empresas de pequeno porte; *PLS nº 103/99, que dispõe sobre incentivo fiscal para as pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 anos; *PLC nº 25/93, que dispõe sobre o acréscimo de inciso VII ao art. 131 da CLT; *PLC nº 9/95, que altera dispositivos da CLT, referentes à remuneração de períodos incompletos de férias; *PLS nº 136/99, que cria reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal para as unidades da Federação que abrigarem áreas de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas; *PLS nº 215/97, que assegura ao empregado a indicação da instituição bancária onde o empregador deverá depositar seu salário; *PLC nº 31/96, que dispõe sobre o jogo de bingo; *PLS nº 87/99, que dispõe sobre as receitas provenientes das privatizações; *PLS nº 133/95, que acrescenta § único ao art. 27 da Lei nº 8.036, de 11/5/90, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; *PLS nº 27/96, que cria o Programa de Incentivos a Energias Renováveis; *PLS nº 23/95, que institui a dedução na declaração de rendimentos da pessoa física dos gastos com trabalhadores domésticos; *PLC nº 58/98, que altera a redação do inciso III do art. 12 da Lei nº 8.934, que dispõe sobre o registro público de empresas mercantis e atividades afins; *PLS nº 115/99, que autoriza o uso do gás natural ou do gás liquefeito de petróleo como combustível para os veículos que especifica; *PLS nº 125/99, que introduz modificações nas carceres dos ônibus urbanos; *PLC nº 11/99, que regulamenta o § 1º do art. 213 da Constituição federal; e *PLS nº 72/99, que revoga o caput do art. 83 da Lei nº 9.430, de 27/12/96. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19*

16h30 - CPI do Sistema Financeiro

Pauta: Depoimentos do subprocurador-geral do Banco Central, Francisco José de Siqueira; e do consultor da Área Jurídica do Banco Central, Manoel Lucívio de Lóiola. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: *PDLs nºs 5/98, que aprova o Tratado de Extradução entre o Brasil e a Coreia; *144, que aprova texto do Protocolo de Integração Educacional para Prosseguimento de Estudos de Pós-Graduação nas Universidades dos países membros do Mercosul; *7/99, que aprova o Acordo de Cooperação na Área de Turismo entre o Brasil e a Jamaica; *8/99, que aprova o Acordo sobre Cooperação Cultural e Educacional entre o Brasil e a Jamaica; *9/99, que aprova o Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Argentina; *10/99, que aprova o Acordo sobre Transporte Aéreo entre o Brasil e a Costa Rica; *11/99, que aprova o Acordo de Cooperação Técnica entre o governo do Brasil e o governo da Costa Rica; *13/99, que aprova o Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o governo do Brasil e o governo da Rússia; *22/99, que aprova o Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Brasil e o governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte; *25/99, que aprova o Acordo de Cooperação entre Governos Integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) para a Redução da Demanda, Prevenção do Uso Indevido e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas; e *34/93, que aprova o texto da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre os povos indígenas e tribais em países independentes. *Ala Senador Alexandre Costa - sala 7*

Após Ordem do Dia - Comissão de Educação

Pauta: *PLS nº 111/99, que institui o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária; *PLS nº 49/99, que autoriza o Poder Executivo a criar escola agrotécnica federal em Mucajaí (RR); *PLS nº 53/99, que autoriza o Poder Executivo a criar escola agrotécnica federal em Anauá (RR); Emenda nº 1 de Plenário ao *PLC nº 55/96, que torna obrigatório o ensino da língua espanhola no 1º e 2º graus; *PLC nº 12/98, que dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação dos índices de evasão e repetência no ensino fundamental e médio; *PLC nº 59/98, que inscreve o nome de d. Pedro I no Livro dos Heróis da Pátria; e os *Projetos de Decreto Legislativo nºs 125, 109, 117, 13, 97, 45, 138, 106, 98, e 39, que tratam de renovação de concessão para emissoras de rádio e TV. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-7115
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327

Editor-Chefe: Djalba Lima
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Nicolau Neto fala hoje à CPI do Judiciário

Está marcado para as 10 horas o depoimento do juiz que presidia o TRT de São Paulo na época em que começaram as obras do fórum de primeira instância, hoje sob suspeita de superfaturamento

A Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga denúncias de irregularidades do Poder Judiciário ouve hoje, a partir das 10 horas, o juiz Nicolau dos Santos Neto, ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo. O juiz presidia o tribunal à época em que tiveram início as obras do prédio das juntas de conciliação e julgamento do TRT, que já consumiram cerca de R\$ 230 milhões e permanecem inacabadas.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS), presidente da CPI, disse que não há motivo para dúvidas quanto à realização do depoimento. Tebet não acredita que o ex-presidente do TRT, que deveria ter comparecido à CPI na semana passada, pedirá um segundo adiamento.

— Ele virá. Foi esse o compromisso que seu advogado assumiu comigo, quando me entregou o atestado médico para solicitar o adiamento do depoimento que seria dado na sema-



Tebet (D), ao lado do relator Paulo Souto: TRT-SP é prioridade da CPI nesta semana

na passada — disse o presidente da comissão.

Ramez Tebet reafirmou que esta semana a investigação sobre o TRT-SP terá prioridade. Além de Floriano Vaz da Silva, atual presidente do TRT-SP, que depôs na manhã de ontem, e de Nicolau Neto, que vai depor hoje, serão ouvidos, na quinta-feira, mais dois ex-presi-

dentos do tribunal: José Victorio Mouro (gestão 92/94) e Délvio Buffulin (gestão 96/98).

VENDA DE ALVARÁS

Prestarão depoimento amanhã o procurador regional da República no Amazonas, Osório Barbosa Sobrinho, e o advogado Abdalla Isaac Sahdo Júnior, que irão falar sobre denúncias de venda de alvarás de soltura no Tribunal de Justiça do Amazonas.

O presidente da CPI disse que, decorridas três semanas do início dos trabalhos, já recebeu “mais de mil denúncias de irregularidades no âmbito do Judiciário”. A escolha dos novos depoentes dependerá da análise desse material, além das indicações surgidas através dos depoimentos que já foram prestados, informou Ramez Tebet.

Wilson pede quebra de sigilo de ex-diretor do TRT

O senador Carlos Wilson (PFL-PE), vice-presidente da CPI do Poder Judiciário, pediu a quebra do sigilo bancário, telefônico e fiscal de Itagiba de Souza Toledo, que foi diretor-geral do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo, durante a presidência do juiz Nicolau dos Santos Neto. Itagiba integrou a comissão de obras do TRT, presidida por Nicolau de 1992 até o ano passado.

Justificando seu requerimento, Wilson disse acreditar que há muitas ligações entre o juiz e o assessor. Ambos tiveram filhas aprovadas nas duas primeiras colocações em concurso público colocado sob suspeita. Ambos também tiveram filhas nomeadas juízas classistas. Mesmo depois de aposentados, tanto Itagiba

uma funcionária, esposa de um ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que, depois de aprovada, teria sido requisitada para trabalhar no TST em Brasília.

Wilson questionou o fato de a Fundação Carlos Chagas ter sido afastada da realização de concursos do TRT paulista e, em seu lugar, ter sido contratada a empresa Instituto Brasileiro de Seleção Pública (Ibrasp).

Segundo o senador, o Ibrasp não tinha qualquer tradição no mercado. Depois de rescindido o contrato com o TRT, disse, a empresa faliu, levando junto a documentação sobre o concurso de 1992.

O presidente da CPI quis saber de Floriano se o patrimônio e o padrão de vida de Nicolau eram do conhecimento de pessoas no TRT. Se-



Para Wilson, ex-diretor tinha fortes ligações com o juiz Nicolau

gundo o depoente, algumas pessoas sabiam de suas idas a Miami. A elas, Nicolau alegava que uma de suas três filhas teria uma doença muito grave, cujo tratamento era feito na Flórida.

— Não sei se a doença existia ou se foi pretexto — afirmou Floriano, que sugeriu que a CPI investigue essa suspeita.

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) perguntou ao juiz se, apenas com o salário recebido no cargo, Nicolau poderia ter acumulado patrimônio tão elevado.

— A resposta é óbvia: não, não, não. Resta saber se ele vai trazer documentos dizendo que sua fortuna é de berço — declarou Floriano.

Jefferson acredita que TCU poderia ter evitado desperdício

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) pediu a convocação do ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Adhemar Ghisi, relator do processo que investiga os gastos com a obra das juntas de conciliação e julgamento do TRT de São Paulo.

Jefferson se disse “intrigado” com a atuação do TCU. Para ele, o órgão que assessora o Legislativo poderia ter evitado o desperdício de recursos públicos. Segundo o senador, logo na primeira inspeção, em 1992, foram encontrados “vícios insanáveis” na licitação para construção do prédio do TRT.

Cópia do relatório da empresa de auditoria Falcão Bauer, que relatou o estado da obra e calculou o montan-

te gasto até o momento, também foi requisitada por Jefferson. A auditoria detectou que R\$ 172 milhões foram destinados à obra em sete parcelas (a última foi parcialmente bloqueada por ação do Ministério Público). Em valores atualizados, o custo já chega a R\$ 228 milhões. Os requerimentos de Jefferson devem ser apreciados na reunião de hoje.

O presidente da CPI, senador Ramez Tebet, decidiu oficial o TCU para que faça um levantamento detalhado no local da obra sobre o quadro atual da construção do prédio destinado ao fórum de primeira instância do TRT paulista.

Por sugestão do vice-presidente da CPI, senador Carlos Wilson



Jefferson quer ouvir Ghisi, que relatou processo do TRT-SP no TCU

(P S D B - PE), Tebet pediu que um técnico do departamento de engenharia do Senado acompanhe o levantamento a ser realizado pelo TCU. Ele anunciou ainda que os senadores têm 48 horas para apresentar perguntas que devem ser respondidas no levantamento, como as condições em que o prédio se encontra, quanto falta para a conclusão da obra e o valor dos serviços já realizados.

Senado vota amanhã extinção de juízes classistas

O Senado vota amanhã, em primeiro turno, a proposta de emenda constitucional que acaba com a figura do juiz classista na Justiça do Trabalho. Se aprovada, a matéria será submetida a uma segunda votação. Mantida a aprovação, a matéria irá à deliberação da Câmara. De autoria do então senador Gilberto Miranda, a proposta recebeu substitutivo do senador Jefferson Péres (PDT-AM), relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A proposta original extinguiu a re-

presentação classista nos tribunais do Trabalho, superiores e regionais, e nas juntas de conciliação e julgamento de primeira instância. O substitutivo de Jefferson incluiu uma regra de transição, permitindo aos juízes classistas em exercício concluir seus mandatos. Na mesma sessão, será discutida proposta da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) que altera os critérios de escolha dos juízes classistas. Relator também dessa iniciativa, Jefferson recomenda voto contrário, alegando que ela mantém

os juízes classistas.

Hoje, o plenário deliberará sobre requerimento de urgência para o projeto de lei que disciplina os limites das despesas com pessoal.

Ainda hoje, os senadores discutirão, em turno único, projeto de resolução que autoriza o município de Montes Claros (MG) a contratar operação de crédito de R\$ 6,6 milhões junto ao Fundo de Investimento do Programa de Saneamento Ambiental, Organização e Modernização dos Municípios, administrado pelo Ban-

co de Desenvolvimento de Minas Gerais, para investimento em infra-estrutura urbana.

Na mesma sessão, o Senado cumpre o segundo dia de discussão da emenda constitucional que regula a destinação de recursos da União, estados, Distrito Federal e municípios para a execução, funcionamento e gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecendo um percentual mínimo para esse fim.

A proposta foi apresentada pelo

senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e, durante a tramitação na CCI, recebeu substitutivo do relator, o ex-senador Esperidião Amin, que fez pequenas alterações no texto original. Conforme o substitutivo, a União terá de destinar necessariamente 30% dos recursos do orçamento da seguridade social para o SUS. Já os estados aplicarão 12% e os municípios, no mínimo 10%, incluídos até mesmo os recursos que recebem da União como transferência constitucional.

Prédio inacabado do TRT-SP pode até desabar

Presidente do tribunal afirma à CPI do Judiciário que o prejuízo com a construção da sede das juntas de conciliação da Justiça trabalhista em São Paulo – que já consumiu R\$ 228 milhões, em valores atualizados – pode ser ainda maior

O presidente do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP), Floriano Correia Vaz da Silva, afirmou ontem, perante a CPI do Judiciário, que o prejuízo com a construção do prédio-sede das juntas de conciliação da Justiça trabalhista de São Paulo – que já consumiu R\$ 230 milhões, em valores atualizados – pode ser ainda maior. Segundo ele, caso não haja medidas preventivas, o prédio correrá o risco de desabar.

Para Floriano, cabe ao Congresso Nacional evitar uma tragédia, que seria a deterioração do imóvel. “A ameaça de desabamento, desgraçadamente, também existe”, afirmou o juiz.

Essa foi a principal novidade de seu depoimento iniciado no final da manhã. O perigo, segundo seu relato, decorre da qualidade do material da construção, no qual não foram utilizadas substâncias anticorrosivas. Ele afirmou que a obra foi classificada como prioritária pela Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, no final do ano passado.

O juiz lembrou aos senadores que a obra foi questionada desde a licitação. Segundo ele, na reunião que homologou o edital de licitação, em janeiro de 1992, a juíza Lilian Ottobri Costa opinou contrariamente à aquisição conjunta de um prédio e um terreno. Para ela, o tribunal deveria, pri-

Tebet: depoimento foi esclarecedor

O presidente da CPI que investiga irregularidades no Poder Judiciário, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), disse que a reunião de ontem, em que depôs o presidente do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, juiz Floriano Vaz da Silva, foi uma das melhores já realizadas. Para Tebet, a colaboração prestada pelo juiz Floriano ajuda a aperfeiçoar a reforma do Judiciário e a esclarecer o que aconteceu em relação à obra do prédio das juntas de conciliação e julgamento do TRT na capital paulista.

Tebet confirmou o depoimento do ex-presidente do TRT Nicolau dos Santos Neto para a manhã de hoje e disse que não vai aceitar novos pedidos de adiamento. “Se ele não quiser comparecer, existem instrumentos na lei para garantir a presença dele aqui na CPI”, explicou o senador.

Floriano Correia Vaz (D), presidente do TRT-SP, entrega documentos ao presidente da CPI do Judiciário, senador Ramez Tebet



meiro, tentar conseguir um terreno por doação, cuja possibilidade não era remota, para depois proceder a uma licitação para construção do prédio. Sua posição foi reforçada pelos juizes Valentim Carrion e Elder Almeida de Carvalho. O questionamento, porém, foi indeferido liminarmente pelo então presidente do tribunal, juiz Nicolau da Costa Neto, conforme o relato de Floriano.

ANULAÇÃO

O depoente recordou também que o edital de licitação foi questionado pela delegacia do Tribunal de Contas da União (TCU) em São Paulo. Após inspeção realizada no final de 1992, os técnicos do TCU propuseram a anulação da

concorrência pública, por três fatores: a empresa executora da obra, a Incal Incorporações S/A, era alheia ao processo, ganho pela Incal Indústria e Comércio de Alumínio Ltda; a própria comissão de licitação – indicada por Nicolau – era a instância revisora dos recursos interpostos pelas partes descontentes; e o terreno não era de propriedade da empresa ganhadora da licitação. Segundo Floriano, o imóvel somente foi adquirido pela construtora no final de 1996.

A decisão do TCU, no entanto, somente saiu em 1996. O tribunal concluiu que a obra deveria prosseguir, usando como argumento o estágio avançado das obras. O juiz criticou a demora

do TCU, lembrando ser este um órgão auxiliar do Poder Legislativo.

EXONERAÇÃO

Floriano afirmou que seu primeiro ato na presidência do TRT-SP foi exonerar Nicolau dos Santos Neto do cargo de assessor que ocupava, como também da presidência da Comissão de Construção da obra, cargo que ocupou por seis anos após deixar a presidência do Tribunal. O juiz informou que o juiz Nicolau, antes de ser alcançado pela aposentadoria compulsória aos 70 anos, exonerou um assessor e nomeou-se em seu lugar.

– Ele nomeou-se assessor de si mesmo – afirmou o juiz.

Relator pede mais explicações a juiz

O relator da CPI que investiga denúncias de irregularidades no Poder Judiciário, senador Paulo Souto (PFL-BA), perguntou ao presidente do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP), juiz Floriano Correia Vaz da Silva, se ele considerou normal o processo de licitação para construção



Souto: licitação previa a contratação de um bem e não de uma obra

do prédio que abrigaria as juntas de conciliação e julgamento na capital. Para Paulo Souto, trata-se de um processo esdrúxulo, que previa a contratação de um bem futuro, e não de uma obra.

Floriano respondeu que a grande maioria sequer percebeu a forma esdrúxula da licitação, muito

menos a existência de outras irregularidades. As poucas pessoas que manifestavam desconfiança recusavam-se a formalizar a dúvida. Todos os dados referentes ao novo prédio eram controlados pela comissão de construção, por sua vez controlada pelo juiz Nicolau dos Santos Neto, então presidente do tribunal, acrescentou.

Paulo Souto também indagou se houve algum interesse de Nicolau – que determinou a construção do prédio quando presidente do TRT – em comandar a comissão de construção. O atual presidente do TRT lembrou que, ao término de seu mandato, Nicolau dos Santos

Neto queria reeleger-se, quando isto é proibido pela Constituição e pela lei da magistratura.

Afirmou ainda que vários juizes serviram de emissários para que Nicolau fosse mantido na comissão. O antecessor de Floriano na presidência do TRT, Délvio Buffulin – que será ouvido quinta-feira pela CPI – decidiu que Nicolau permaneceria na comissão até o final da obra, mas este foi destituído por Floriano no primeiro dia de seu mandato.

O relator quis saber também se Floriano tinha conhecimento de alguma irregularidade relativa a algum concurso público do TRT. O juiz afirmou ter ficado sabendo que dois funcionários da Fundação Carlos Chagas haviam sido demitidos por irregularidades na época em que o TRT se preparava para realizar um concurso, em 1992.



Direção defensiva é tema de entrevista

Mais de 25 mil pessoas morrem todo ano, vítimas de acidentes de trânsito. As estatísticas também mostram que 90% dos acidentes acontecem por culpa dos motoristas. Para tentar reverter essa situação, o engenheiro-mecânico Sidney Filho Ferreira desenvolveu um método chamado de “Direção Defensiva”, que está sendo oferecido às auto-escolas e aos departamentos de trânsito de todo o país.

Em entrevista à TV Senado, Sidney Filho explica como alguns cuidados básicos do motorista podem reduzir o número de ocorrências. O programa irá ao ar hoje às 9h30, 12h30, 18h30 e 20h30.

Erundina avalia sua carreira política

A deputada Luíza Erundina (PSB-SP) fez durante entrevista ao programa “Mulheres em Destaque”, da TV Senado, um balanço da sua carreira política, que começou no movimento sindical do ABC paulista. O programa irá ao ar hoje às 13h30 e 21h15.

Para Erundina, um dos maiores desafios por ela enfrentado foi governar a capital de São Paulo. Eleita prefeita em 89, era de oposição aos governos estadual e federal.

Ajuda foi operação atípica, diz consultora do BC

Em depoimento de três horas na CPI do Sistema Financeiro, ex-chefe do Departamento de Operações de Câmbio do Banco Central afirma que taxas de câmbio para o Marka e o FonteCindam foram calculadas com base em avaliações técnicas

Maria do Socorro Costa de Carvalho, ex-chefe do Departamento de Operações de Câmbio do Banco Central, em depoimento de três horas à CPI do Sistema Financeiro, ontem, afirmou e reiterou aos senadores que a ajuda aos bancos Marka e FonteCindam foi "uma operação atípica": decidida pela diretoria do BC na manhã do dia 14 de janeiro, o volume e os preços dos contratos em dólares foram definidos depois das 20h do mesmo dia, com o pregão da Bolsa de Mercadorias & Futuros já fechado.

Assim, a operação foi registrada no dia 14, mas efetivada no dia 15, "num momento em que o mercado estava absolutamente nervoso" devido à mudança cambial e à saída de Gustavo Franco da presidência do BC. O registro da operação "foi oral, não informal", disse ela ao senador Jader Barbalho (PMDB-PA).

A operação do BC foi feita diretamente com as duas instituições financeiras, e não via corretora DVTM, do Banco do Brasil, através da qual o BC costumava intervir, desde novembro de 1996, no mercado futuro de dólares. O total dos contratos e a taxa de câmbio específicas para o Marka e o FonteCindam "foram calculados a partir de avaliações técnicas da Diretoria de Fiscalização do BC", informou Maria do Socorro.

Hoje consultora da Diretoria da Área Externa do BC, Maria do Socorro informou que Paulo Garbato, superintendente interno da BM&F, solicitou do BC o envio de correspondência confirmando autorização para registrar a operação no dia 14. Entre a decisão da manhã, comunicada a ela por Demóstenes Madureira de Pinho Neto, e a da noite, Maria do Socorro assegurou que a diretoria do BC atribuiu a Alexandre Pundek, secretário-executivo do Copom, a coordenação dos vários setores envolvidos na operação e as tratativas com os dois bancos. A afirmação desmente depoimento de Pundek à CPI.

A consultora negou conhecer Salvatore Cacciola, dono do Marka, Rubem Novaes, consultor que teria supostamente negociado informações privilegiadas para os dois bancos socorridos pelo BC, e Sérgio Bragança, sócio do ex-presidente do Banco Central Francisco Lopes na empresa de consultoria Macrométrica. Ela disse ter sido informada da desvalorização cambial no dia 12 e só ter falado sobre o assunto com Demóstenes Madureira e Francisco Lopes, seus superiores, tomando todos os cuidados para resguardar a notícia.

Maria do Socorro negou conhecer a carta da BM&F alertando o BC para a possibilidade de risco sistêmico, por não ter acompanhado os entendimentos de forma direta. "Minha atuação, e do meu departamento, foi operacional", alegou.

Às 23h de ontem, a CPI decidiu adiar (sem nova data) o depoimento que seria prestado pelo chefe-adjunto do Departamento de Fiscalização do Banco Central, Válio César Pickler Aguiar.



A CPI ouviu ontem dois depoimentos, prestados por profissionais da área técnica do Banco Central

Chefe diz que não pediu mudança na carta

A chefe do Departamento de Fiscalização do Banco Central, Teresa Cristina Grossi, afirmou à CPI do Sistema Financeiro que partiu dela a iniciativa de pedir à Bolsa de Mercadorias & Futuros uma carta com um alerta sobre as dificuldades enfrentadas por alguns bancos que apostaram na manutenção da política cambial de bandas fixas. Ela garantiu, no entanto, que em nenhum momento pediu para a BM&F modificar o texto da carta, exceto para retirar os nomes dos bancos Marka e FonteCindam, para não tornar pública a situação das instituições.

Num depoimento de quase cinco horas, Teresa Grossi disse que o secretário-executivo do Comitê de Política Monetária, Alexandre Pundek, participou de uma longa reunião no dia 14 de janeiro, encerrada às 23h, para tratar do caso Marka a pedido do então presidente do BC, Francisco Lopes. Na última quinta-feira, Pundek garantiu que esteve na reunião por livre iniciativa, e não a pedido de Lopes.

Interrogada pelo senador Jader

Barbalho (PA), líder do PMDB no Senado, a chefe da Fiscalização informou que sua área "não fez nenhuma fiscalização" no Banco FonteCindam antes de o Banco Central vender dólares a preços favoráveis àquela instituição. "Esse trabalho não foi solicitado à Fiscalização. Só foi pedida fiscalização no Banco Marka", frisou. A venda de dólares a preços abaixo da cotação do dia é um dos fatos sob investigação da CPI.

Ao senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) Teresa Grossi disse que os bancos Marka e FonteCindam foram fiscalizados no passado pelo BC e nada de irregular foi detectado. "Nós erramos nessa, mas acertamos em muitas outras", assinalou.

A chefe da Fiscalização desmentiu que o ex-dono do Marka tenha tido, no final, um lucro superior a R\$ 500 milhões. "Isso não tem o menor fundamento."

Ela confirmou que o Marka atuou ainda na Bolsa de Mercadorias & Futuros até o final de janeiro, mas apenas para fechar con-

tratos assinados até a intervenção do BC, que acompanhou todas as operações. Questionada pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), a funcionária do BC sustentou que, não fosse a venda de dólares ao Marka e ao FonteCindam, "teríamos uma crise de credibilidade bancária, uma quebradeira no sistema financeiro".

– Naquele momento, tínhamos absoluta certeza que a banda cambial seria mantida – disse.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) achou estranho que, ante um risco "tão sério para o país", o ministro da Fazenda e o presidente da República não tenham sido informados da situação pelo BC. Ao senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), vice-presidente da CPI, Teresa Grossi informou que a repatriação de aproximadamente US\$ 17 milhões que o ex-dono do Marka, Salvatore Cacciola, enviou para o exterior nos dias da crise "envolve tratativas com outros países". Apesar disso, o BC está rastreando para verificar aonde o dinheiro foi parar.

Simon quer recuperar dinheiro

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) quer que o Ministério Público entre com uma ação de execução das garantias apresentadas pelos bancos Marka e FonteCindam à Bolsa de Mercadorias e de Futuros (BM&F). A idéia é recuperar o dinheiro que o Banco Central injetou para salvar essas instituições. Requerimento, apresentado por Simon, pedindo a providência ao Ministério Públi-

co deverá ser votado na reunião de hoje da CPI do Sistema Financeiro:

– A legislação diz que, em um caso como esse, primeiro responde o Banco Marka; depois, os donos do Banco Marka; em terceiro, respondem os que assinaram as fianças do banco; em seguida, a BM&F; e por último, os 60 bancos que formam a Bolsa. Ou seja, o Banco Central passou por cima disso e injetou dinheiro – explicou o

senador gaúcho.

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) defendeu a aprovação do requerimento. Para ele, o Ministério Público deve encontrar uma saída jurídica para cobrar dos avalistas das operações dos bancos Marka e FonteCindam. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) também apóia o requerimento, mas considera "muito difícil recuperar o dinheiro".

Arruda fica mais duas semanas na presidência

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) permanecerá na presidência da CPI que investiga o sistema financeiro durante as duas próximas semanas. O presidente da CPI, senador Bello Parga (PFL-MA), ainda se recupera de uma angioplastia a que foi submetido no dia 28 de abril, no Hospital das Clínicas, em São Paulo.

Bello Parga voltou de São Paulo na sexta-feira (dia 30) e passou a manhã de ontem no serviço médico do Senado.

Ao retornar ao seu gabinete, Bello Parga disse que, por recomendação médica, vai descansar nas duas próximas semanas, em São Luís. "Lá eu descanso melhor", comentou com os jornalistas.



Por ordem médica, Parga descansa duas semanas

O senador é paciente do Instituto do Coração, que funciona no Hospital das Clínicas, desde 1991, quando ele fez sua primeira angioplastia para desobstrução coronária, de acordo com os boletins expedidos pelo Incor nos dias 28 e 29 de abril.

A angioplastia feita no dia 28 teve por objetivo desobstruir uma lesão na artéria descendente anterior do coração.

Assessores depõem hoje, a partir de 16h30

A CPI que investiga denúncias de irregularidades no sistema financeiro reúne-se hoje, às 16h30, para tomar o depoimento do subprocurador-geral do Banco Central, Francisco José de Siqueira, e o do consultor da área jurídica do BC, Manoel Lucívio de Loiola. Amanhã, às 18 horas, prestará depoimento o deputado Aloísio Mercadante (PT-SP), autor das primeiras denúncias sobre o vazamento de informações privilegiadas do Banco Central para algumas instituições financeiras durante a mudança na política cambial, em janeiro.

Para quinta-feira, às 10 horas, a CPI convocou para depor Manoel Felix Cintra Neto e Ney Castro Alves, presidente e vice-presidente da Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F). Os assessores da CPI estão cruzando todos os extratos bancários de pessoas e empresas que tiveram seu sigilo quebrado.

Senadores acham que BM&F deve esclarecer carta ao BC

Jader diz que correspondência ao Banco Central foi um “escorregão” e considera importantes os depoimentos de quinta-feira

Os depoimentos do presidente e do vice-presidente da Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F), Manoel Félix Cintra Neto e Ney Castro Alves, marcados para quinta-feira (dia 6), serão muito importantes para que a CPI do Sistema Financeiro obtenha informações sobre a carta enviada pela instituição ao Banco Central, no dia 15 de janeiro, segundo afirmaram, ontem, os senadores João Alberto Souza (PMDB-MA), relator da comissão, e Jader Barbalho (PMDB-PA), suplente e autor do requerimento de instalação da CPI.

Nessa carta, de acordo com as informações divulgadas pela imprensa e que chegam à CPI, a BM&F sugeriu ao Banco Central a adoção de medidas para evitar uma “crise sistêmica” no mercado financeiro.

Com apenas dez linhas, a carta, assinada pelo então superintendente-geral da instituição, Dorival Rodrigues Alves, que faleceu dias depois, foi enviada quando a operação de socorro do BC aos bancos Marka e FonteCindam já havia sido realizada, o que não justificaria o socorro aos dois bancos com base no alerta feito pela BM&F.

– O pessoal da BM&F, evidentemente, poderá dar maiores esclarecimentos. Por isso, os depoimentos são muito importantes, até para que a gente conheça os mecanismos com os quais opera a BM&F – afirmou Jader Barbalho.

Para o autor da proposta que criou a CPI, a carta da instituição para o Banco Central foi um “escorregão”. Jader disse também que outros membros da diretoria do

Banco Central deverão dar explicações sobre a carta.

Sobre a possibilidade de a CPI solicitar o cancelamento da operação de socorro aos bancos Marka e FonteCindam e pedir o ressarcimento das perdas sofridas pelos cofres públicos, Jader disse que “teria que examinar, com cautela, o aspecto jurídico da questão”.

Ele afirmou que a CPI do Sistema Financeiro já é “vitoriosa”, porque algumas providências administrativas já estão sendo tomadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no sentido de dar mais transparência às operações do mercado financeiro e proteger o aplicador de eventuais prejuízos.

– Mesmo antes do relatório final, ainda ao longo dos trabalhos da CPI, haverá uma série de providências que o próprio Executivo tomará para alterar essa realidade do sistema financeiro – observou.

Jader disse ainda que “ninguém está isento de vir à comissão se tiver explicações a dar”, referindo-se à convocação do ex-presidente do BNDES, Luís Carlos Mendonça de Barros, e de seus filhos, proprietários da Link Corretora, que, segundo relatório da BM&F, foi uma das que mais lucraram com a mudança do câmbio. Ele ressaltou, no entanto, que até agora “não há nenhum dado concreto” para a convocação de Mendonça de Barros e de seus filhos pela CPI.



Jader considera a CPI “vitoriosa”, porque algumas providências administrativas estão sendo tomadas pela Comissão de Valores Mobiliários



Ademir criticou a imprensa por não divulgar valores que elevem a alma humana

Ademir Andrade defende instalação do Conselho de Comunicação

Ao registrar a comemoração do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, ontem, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) defendeu a efetivação do Conselho de Comunicação Social, previsto na Constituição, como instrumento para disciplinar os critérios de concessão, democratização e descentralização do controle dos meios de comunicação. Ele entende que a medida poderá acabar com o caráter “exclusivamente de apadrinhamento político” do setor.

Na opinião do senador, apesar de ser atribuição do Estado tomar medidas preventivas e curativas para manter o respeito à cidadania e o pluralismo político nos meios de comunicação, este poder deve ser descentralizado, com a criação do Conselho de Comunicação Social. Pela Constituição, o conselho é integrado por 13 membros, sendo quatro representantes patronais, quatro dos trabalhadores do setor e os cinco restantes da sociedade civil.

Antes de falar sobre o Conselho de Comunicação Social, Ademir trouxe um histórico do processo de

difusão da informação. Ele observou que, nos dias atuais, a imprensa tem valorizado muito mais o consumo material do que a divulgação de valores que elevem a alma humana e a dignidade.

Ademir Andrade disse, também, que o “adesismo”, que é um fenômeno predominantemente da imprensa moderna, deturpa a função dos meios de comunicação e mancha a história dessas instituições e suas contribuições para o aperfeiçoamento das relações políticas e sociais.

– Os meios de comunicação manifestam claramente o traço da indústria cultural de massa, desfigurando a realidade, distorcendo e deturpando a notícia, produzindo uma “opinião pública” em laboratório. Tal é feito por alguns segmentos de comunicação, objetivando atender às exigências dos seus patrocinadores, que normalmente coincidem com as dos detentores do poder econômico, que financiam os programas e colunas em vista dos consumidores potenciais de seus produtos e manutenção do *status quo* – afirmou Ademir.

Suplicy: depoimentos devem ser públicos

A fim de garantir à população amplo conhecimento dos trabalhos das CPIs, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) deseja que todos os depoimentos das comissões sejam públicos. Ele fez o comentário, no plenário do Senado, antes que a CPI do Sistema Financeiro começasse a tomar os depoimentos de Tereza Cristina Grossi Togni, chefe do Departamento de Fiscalização do Banco Central; Vânio César Pickler Aguiar, chefe-adjunto do mesmo departamento; e Maria do Socorro Costa de Carvalho, consultora da Diretoria de Área Externa. Os três foram ouvidos em sessão pública (veja matéria na página 5).

Referindo-se à idéia do senador João Alberto (PMDB-MA), relator da CPI dos Bancos, sobre a conveniên-

cia de se ouvirem esses depoimentos em sessão reservada, Suplicy argumentou que a TV e a Rádio Senado têm realizado extraordinário trabalho na divulgação das investigações dessas comissões de inquérito e seria lastimável se não pudessem fazê-lo agora.

– A população está nos ouvindo, tudo que fazemos aqui é objeto de análise e crítica. Cada uma das nossas atitudes, palavras, gestos é julgada pela população. E as duas CPIs têm-se tornado algo de extraordinária relevância e interesse público – alegou o parlamentar.



Eduardo Suplicy observou que as duas CPIs têm despertado muito interesse

Suplicy também argumentou que, se a CPI ia ouvir em sessão pública até o depoimento de Francisco Lopes, ex-presidente do Banco Central, que foi preso por recusar-se a assinar o termo de compromisso, não havia razão para tomar o depoimento daquelas autoridades do Banco Central em sessão reservada. Também lembrou que na CPI que investigou Paulo César Farias, ex-tesoureiro de campanha de Fernando Collor de Mello, ouviram-se inúmeras testemunhas em sessão pública, assim como na CPI dos Precatórios.

servada. Também lembrou que na CPI que investigou Paulo César Farias, ex-tesoureiro de campanha de Fernando Collor de Mello, ouviram-se inúmeras testemunhas em sessão pública, assim como na CPI dos Precatórios.

Luiz Estevão deseja pronto restabelecimento de Ronaldo

Falando em nome do PMDB, o senador Luiz Estevão (PMDB-DF) fez ontem, em plenário, votos de pronto restabelecimento do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), que se encontra hospitalizado no Incor, do Hospital das Clínicas de São Paulo.

“Ele está lúcido, mantém sinais vitais, as notícias são alvissareiras, embora os médicos ainda não tenham diagnóstico definitivo sobre as possíveis consequências do acidente vascular cerebral (AVC) que sofreu”, disse.

Para Estevão, o senador parai-bano estará, em breve, de volta ao Senado, “o poeta de sempre, defendendo seu estado com vigor”.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) e os senadores Carlos Patrocínio (PFL-TO), Tião Viana (PT-AC) e Bernardo Cabral (PFL-AM) também desejaram rápido restabelecimento de Ronaldo.

Por iniciativa de Cabral, a Mesa designou Luiz Estevão para visitar Ronaldo Cunha Lima, em São Paulo, em nome do Senado.



Carlos Patrocínio: juros altos prejudicam programa agrícola implementado em Tocantins

Patrocínio quer solução para crise do Prodecer

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) pediu ao governo mudança das condições impostas aos agricultores envolvidos na terceira etapa do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer III), implementado em Tocantins. "A fixação dos juros dos empréstimos em 29,34% ao ano, acrescidos de taxas de administração de 3% e de risco de 2%, representam exigências que inviabilizam qualquer produção agrícola", garantiu.

Segundo Patrocínio, essas condições soam mais "injustas" levando em conta que a taxa incidente sobre o capital emprestado pelo Japão, fonte principal dos recursos, é de apenas 2,75% ao ano. "Se considerarmos que os recursos oriundos do Japão constituem 60% do capital investido no projeto, enquanto o governo federal entra com 30%, devemos constatar que há um desvirtuamento dos fins visados pelo programa", afirmou.

Patrocínio lembrou que a inadimplência que se verifica no pagamento das obrigações do Prodecer III está diretamente ligada à cobrança de juros exorbitantes. "A continuidade do programa de cooperação, que previa uma quarta etapa, com novos investimentos nas localidades onde já funciona, ficou comprometida, trazendo a suspensão da negociação entre as autoridades dos dois países", disse.

– Houve – completou ele – uma sucessão de erros que está inviabilizando um empreendimento dos mais exitosos, desperdiçando recursos de um país amigo, bem como nosso potencial agrícola, levando ao desespero produtores rurais que apenas querem o lucro justo de seu esforço. Por todas essas razões, enfatizo a urgência de se chegar a uma solução sobre o assunto.

Osmar condena invasão de fazendas produtivas

Defendendo a ampliação da reforma agrária, senador cobra obediência ao direito de propriedade garantido pela Constituição

Ao comentar matéria sobre invasão de propriedades pelos sem-terra, publicada na edição desta semana da revista *Veja*, o senador Osmar Dias (PSDB-PR) cobrou do governo federal a ampliação do programa de reforma agrária e um maior apoio à agricultura familiar. Ele também pediu uma política agressiva para acabar com os conflitos no campo e defendeu maior rigor dos governos estaduais para evitar invasão em terras produtivas.

Em nome da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), da qual é o presidente, Osmar Dias fez um convite ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra para debater com os integrantes da comissão a questão da reforma agrária e das inva-



Osmar convidou representantes do MST para debater a questão agrária com os membros da CAS

sões. Para o senador, a situação é grave no campo, e exige mais rapidez na ação do governo, sobretudo uma política de incentivo destinada às pequenas propriedades.

– Vamos fazer mais reforma agrária, mas temos que impedir que fazendas produtivas sejam invadidas. O direito à propriedade é constitucional e não podemos permitir que ele seja arranhado todos os dias. Da mesma forma não devemos aceitar a omissão dos governos estaduais que não cumprem sua atribuição de promover a reintegração de posse, quando determinada pela Justiça – defendeu Osmar Dias.

Na opinião do senador pelo Paraná, o PSDB deve cobrar do governo uma "reforma agrária de verdade", promovendo o desenvolvimento econômico e social do país e investindo na segurança alimentar, produzindo alimentos.

Luiz Otávio protesta contra situação da Transamazônica

Ao registrar reportagem divulgada na última sexta-feira no *Jornal Nacional*, denunciando o abandono da rodovia Transamazônica, o senador Luiz Otávio (PPB-PA) dirigiu apelo ao ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, para que determine a recuperação da estrada.

Ele advertiu que, se os serviços emergenciais não forem executados antes do período das chuvas, pouco poderá ser feito depois a não ser ações da defesa civil, como o transporte de remédios e alimentos e a prestação de atendimento médico para os municípios isolados.

– Essas pessoas estão totalmente abandonadas, sem condições inclusive de exercer o direito constitucional de ir e vir. Falta combustível, os meios de comunicação com as outras localidades são precários, e pioram as condições de alimentação. O quadro é tenebroso – alertou.

Na opinião de Luiz Otávio, o governo pode alegar que não tem recursos para pavimentação de estradas ou outras obras menos essenciais, mas de forma nenhuma pode deixar de investir em uma estrada que serve a milhões de pessoas na região Norte. Ele informou que há um milhão de pessoas vivendo nos 18 municípios da região Norte que estão sem comunicação rodoviária com o restante do país.

– Espero que esse abandono não

seja contra a região amazônica. Espero que o fato de o Ministério dos Transportes pertencer ao PMDB, e o partido não ter obtido bom resultado na região nas últimas eleições, não esteja influenciando. Se for esse o problema, teremos que enfrentá-lo, pois ninguém é "dono" de um ministério nem pode prejudicar a população – afirmou Luiz Otávio.

Em aparte, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) disse que também assistiu a matéria da Rede Globo e lamentou o fato de a Transamazônica estar em condições de conservação tão ruins. Ele informou que em Tocantins o governo estadual conseguiu junto ao Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER) delegação para asfaltar a parte da rodovia que fica dentro do estado.

Reconhecendo a gravidade da situação dos municípios isolados, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) propôs a mobilização da bancada parlamentar da Amazônia e dos governadores dos estados para cobrar providências junto ao presidente Fernando Henrique Cardoso. Já o senador Tião Viana (PT-AC) lamentou o fato de que mulheres morram por complicações no parto em virtude da falta de uma estrada que permita que elas sejam levadas a um município com melhores condições de atendimento à saúde.



Um milhão de habitantes de 18 municípios estão isolados do resto do país, relatou Luiz Otávio

VALE

Luiz Otávio também leu reportagem publicada na edição de ontem do jornal *O Globo*, assinada pelo jornalista Rodrigo França Taves. O texto informa que a Procuradoria da República do Pará vai entrar com ação civil pública na Justiça Federal para contestar a decisão do conselho deliberativo da Sudam de conceder isenção e redução de Imposto de Renda para a Companhia Vale do Rio Doce.

Segundo o jornal, a isenção irregular chegará a R\$ 80 milhões por ano na procura de minério de ferro e R\$ 40 milhões na extração de manganês nas minas de Carajás. O senador acrescentou que a ação vai sustentar que a Vale não tem direito ao benefício porque a simples extração de minérios nas minas de Carajás não caracteriza um processo de industrialização, que só aconteceria se houvesse um beneficiamento posterior do produto.



José Jorge informa que a seca chegou ao litoral e já ameaça o abastecimento no Recife

José Jorge alerta para agravamento da seca

"A seca é o *bugdo* milênio do nordestino e isso é inadmissível." A afirmação foi feita pelo senador José Jorge (PFL-PE), ao classificar de criminosa a ideia de que a região Nordeste é inviável e cobrar mais atenção dos ministros Ovídio De Angeles, de Políticas Regionais, e Pedro Parente, do Planejamento e Gestão, para a seca que atinge os 14 municípios e 3 milhões de habitantes da região metropolitana do Recife.

– Nunca a região metropolitana do Recife tinha sido tão duramente atingida como agora. A seca, antes restrita ao agreste e ao sertão, alastrou-se para o litoral, e o abastecimento na capital apresenta números alarmantes: para uma necessidade de 14 metros cúbicos por segundo, quando em uma situação normal, o sistema de abastecimento disponibiliza dez metros cúbicos por segundo – relatou o senador.

José Jorge explicou que o abastecimento de água sempre foi deficiente e apenas dois projetos de grande porte foram implantados nos últimos 30 anos naquela região: o sistema Tapacurá e o sistema Botafogo. "Hoje, a situação é dramática. Tapacurá acumula apenas 2,47% de seu volume, enquanto que Botafogo acumula 5,85% da capacidade total de seus reservatórios", informou.

Apesar das dificuldades, José Jorge elogiou o esforço do governador de Pernambuco, Jarbas Vasconcelos, para tentar resolver o problema com a construção de várias obras.

Ele disse que os gabinetes técnicos dos ministérios estão munidos de projetos e inteiramente informados da situação de calamidade e de suas conseqüências. "A orientação do presidente da República sinaliza para a priorização do assunto. Resta acelerar as providências", concluiu.

Heloísa culpa propaganda pelo alto índice de dependência

Pesquisas citadas pela senadora mostram que até 15 pessoas, em grupo de 100 adultos, estão viciadas em álcool ou outras drogas

Autora de substitutivo a três projetos de lei que tramitam na Comissão de Assuntos Sociais contra a propaganda de fumo e álcool, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) comentou ontem o gigantesco sofrimento enfrentado pelos dependentes de drogas e apresentou alguns números sobre esse assunto. Ela mencionou



Heloísa Helena: número de adolescentes fumantes aumentou 100%

pesquisas segundo as quais dez a 15 pessoas, em cada grupo de 100 adultos, desenvolvem dependência em relação a álcool ou outras drogas.

A senadora mencionou levantamento sobre o uso de drogas entre

estudantes de 1º e 2º graus, em dez capitais brasileiras, informando que 12% desses jovens tinham começado a fumar antes dos 12 anos e que, em apenas dez anos, o número de adolescentes fumantes aumentou 100%. Com dados do Instituto Nacional do Câncer, ela afirmou que o cigarro está associado a 90% dos casos de câncer de pulmão e a 40% das doenças do aparelho respiratório.

Heloísa Helena disse que a taxa de mortalidade por doenças cardíacas entre os fumantes é o dobro da taxa dos não-fumantes. "A chance de morrer por bronquite crônica é qua-

tro vezes maior entre os fumantes, e o risco de morrer por enfisema é sete vezes maior", acrescentou a senadora. Para ela, os anúncios de cigarros e bebidas encerram "uma gigantesca propaganda enganosa em relação a gigantescos males para o ser humano".

A senadora observou também que, no Brasil, dois em cada 100 dólares das riquezas produzidas são gastos no tratamento de doenças decorrentes do tabagismo – "despesa três vezes maior que o faturamento anual da Souza Cruz".

Em aparte, o senador Tião Viana (PT-AC) solidarizou-se com o sentimento de revolta de Heloísa Helena a respeito dos danos causados pelo fumo e pelo álcool, dizendo conhecer bem as conseqüências do cigarro na vida de um fumante.

Mozarildo homenageia jornal *A Crítica*

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) parabenizou toda a direção da Rede Calderaro de Comunicação, "maior grupo de comunicação do estado do Amazonas", pelo cinquentenário de fundação do jornal *A Crítica*. Ele acrescentou que o fundador, Humberto Calderaro Filho, além de construir uma história de sucesso, foi pioneiro da "grande imprensa escrita amazonense".

Desde a sua fundação, afirmou o senador, o jornal *A Crítica* mantém um compromisso com a sociedade do Amazonas, refletindo as necessidades sociais e econômicas daquele estado.

Afirmando que o objetivo principal do jornal é a prestação de serviços aos leitores, Mozarildo Cavalcanti disse que *A Crítica* acompanha de perto a evolução tecnológica e que seu parque gráfico é hoje o maior da Amazônia Ocidental e um dos mais completos do Norte-Nordeste do país.



Mozarildo diz que *A Crítica* acompanha evolução tecnológica

Senador destaca parceria do Tocantins com empresas

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) destacou o êxito de parceria do estado do Tocantins com a iniciativa privada, afirmando que esse tipo de ação tem proporcionado o desenvolvimento com qualidade de vida para toda a população. O governo do estado, segundo o senador,

uniu-se a empresários italianos para investimentos no setor habitacional, como a construção de um complexo residencial em

Palmas, capital do estado.

Ele disse que está prevista, também, a construção de uma fábrica de extrato de tomate, o que, a seu ver, dinamizará as atividades econômicas da região de Araguaína, criando novas vagas no mercado de trabalho.

Eduardo Siqueira Campos observou que o governo do Tocantins também atua firmemente na agropecuária com os programas Geração de Empregos (Proger), Lavouras Comunitárias e Bacía Leiteira.



Eduardo Siqueira Campos disse que o Tocantins investe na agropecuária

Projeto dá incentivo a doadores de alimentos

Projeto de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) estabelece incentivos fiscais para doações de refeições destinadas a distribuição a pessoas carentes. Segundo a proposta, a pessoa jurídica regularmente inscrita no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) poderá deduzir do Imposto de Renda, até o limite de 3% do imposto devido, as despesas comprovadamente realizadas com doações de refeições a entidades sem fins lucrativos.

Em sua justificativa, o senador explica que o projeto tem por objetivo incentivar os empresários a promoverem doações de alimentos preparados em suas cozinhas industriais a entidades que as distribuam gratuitamente a pessoas carentes.

A proposta, segundo Alcântara, procura "minimizar a fome de milhares de pessoas carentes e desnutridas e melhorar a vida de brasileiros que, em razão de desemprego e migração, não têm meios de prover o próprio sustento". O senador esclarece que o valor do incentivo proposto não cobrirá os custos da doação, mas reduzirá o dispêndio das empresas com a ação.

Constituição liderou as vendas no estande do Senado na Bienal

Com aproximadamente 1.300 unidades vendidas nas versões em livro e disquete, a Constituição federal foi a obra mais procurada no estande do Senado na IX Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro, encerrada domingo nos pavilhões do Riocentro. Durante os 13 dias do evento, o estande recebeu grande público e a maioria das publicações colocadas à venda teve seu estoque esgotado.

A Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro foi a primeira feira em que o Senado participou com estande neste ano, conforme cronograma autorizado pelo primeiro-secretário da Casa, senador Ronaldo Cunha Lima. O coordenador da Comissão de Feiras do Livro, Franklin Maciel Torres, considerou excelentes o movimento de vendas e o interesse demonstrado pelo público em relação às publicações e às atividades do Senado. Ele observou que o estande montado na bienal carioca atingiu níveis de venda semelhantes aos alcançados no ano passado na Bienal de São Paulo e na Feira do Livro de Porto Alegre, os dois even-

tos que registraram maior comercialização até agora.

ATUALIZAÇÃO

A grande procura pelos livros e disquetes contendo a Constituição federal é atribuída a sua atualização – pois ambos já incluem a emenda 22, promulgada em março – e aos preços acessíveis – R\$ 2,00 o disquete e R\$ 5,00 o livro. Também se destacaram nas vendas as obras relacionadas com o meio ambiente e os lançamentos recentes do Conselho Editorial do Senado, como *Conselhos aos Governantes* e *O Brasil no Pensamento Brasileiro*.

Além da venda de livros, CDs e disquetes, o estande ofereceu gratuitamente aos interessados uma publicação com as biografias de todos os senadores do Rio de Janeiro desde 1826 e propiciou o acesso do público às imagens da TV Senado, ao som da Rádio Senado e às edições diárias do *Jornal do Senado*. Na sexta-feira (dia 30), o local foi movimentado pela sessão de autógrafos do senador Artur da Távola em sua publicação *Ataulfo Alves – 90 Anos*.

Jonas registra 134 anos de nascimento de Rondon

Ao registrar os 134 anos de nascimento de Cândido Mariano da Silva Rondon, que transcorrerá amanhã, o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) disse que, se não fosse a atuação do marechal Rondon, hoje não existiriam mais índios no Brasil. Apesar disso, ele afirmou que a obra maior de Rondon foi ter sido ele um símbolo nacional da ética e da moral.

Para o senador pelo Mato Grosso, a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), depois transformado na Fundação Nacional do Índio (Funai), pelo marechal Rondon, em 1910, é uma demonstração de que ele sempre se preocupou com o que hoje se chama direitos humanos, principalmente para proteger os mais fracos.

Jonas Pinheiro recordou que o marechal Rondon se orgulhava de ser descendente dos índios terena, bororo e guanás, por parte das avós materna e paterna. O senador lembrou que o marechal recebeu a maior distinção póstuma indígena: o Quarup (comemoração religiosa dos índios do Alto Xingu, que representa a passagem do espírito do morto para a aldeia celeste ou um retorno à vida



Jonas Pinheiro afirmou que, sem o marechal Rondon, não existiriam mais índios no Brasil

em outra dimensão).

Em aparte, o senador Tião Viana (PT-AC) lembrou que as ações do marechal na área da saúde inspiraram, depois de sua morte, a criação do Projeto Rondon, que durante algum tempo atendeu famílias carentes das regiões mais pobres do país. Já o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) disse que a Funai de hoje, ao contrário do SPI criado por Rondon, tem prestado desserviço aos índios do Brasil.

Por sua vez, o senador Amir Lando (PMDB-RO) comentou que o país tem que render homenagens aos heróis brasileiros, cheios de nacionalismo e de amor à terra, como Rondon.

Impunidade de corruptos preocupa Simon

Projeto do senador dá preferência na tramitação aos processos e julgamentos de crimes de responsabilidade funcional e por ato de improbidade administrativa

Projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) estabelece preferência sobre os demais feitos em tramitação para o processo e julgamento judiciais dos crimes de responsabilidade funcional e por ato de improbidade administrativa. De acordo com a proposta, não se admitirá qualquer excesso de prazo, constituindo o descumprimento em infração da Lei Complementar n.º 35, de 14 de março de 1979, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

Em sua justificativa, o senador afirma que “os crimes de responsabilidade e os crimes funcionais cometidos pelos agentes públicos têm sido encarados com displicência pelas autoridades responsáveis, não atingindo, em princípio e individualmente, a ninguém”:

– Os casos se sucedem com uma frequência cada vez maior e continuamos a assistir à impunidade. Entre os mais expressivos, pode-

mos relacionar o caso Collor-PC, o dos anões do Orçamento, dos precatórios, o da compra de votos para a aprovação do instituto da reeleição, o dos vereadores paulistanos. Onde estão os responsáveis apontados pelas CPIs Collor-PC e do Orçamento? – pergunta Simon na justificativa da matéria.

Segundo o senador, casos de processos-crimes contra a administração pública se arrastam por anos, são suplantados por novos processos que se instalam, transitam de uma instância para outra e, finalmente, caem no esquecimento. “O ladrão de galinha vai para a cadeia. Os que se apropriam de milhões – bilhões, quem sabe? – dos cofres públicos continuam soltos, gozando as delícias proporcionadas pelo dinheiro”, continua Pedro Simon em defesa de sua proposta. Para ele, é necessário que essa situação de impunidade chegue ao fim.



Simon: casos de processos contra a administração pública se arrastam por anos, sem solução

Para Hartung, austeridade deve ser prática obrigatória

Ao sustentar que a austeridade deve ser uma prática obrigatória no país, o senador Paulo Hartung (PSDB-ES) registrou seu apoio ao projeto de Lei da Responsabilidade Fiscal. Na opinião do parlamentar, era premente reunir e dar tratamento disciplinador às mais diferentes matérias fiscais – do orçamento e sua execução, passando pelos gastos com pessoal e pela seguridade, até a dívida pública.

Ele entende que o projeto enviado pelo Executivo ao Congresso sofrerá naturalmente obstáculos e reações, mas defendeu sua aprovação, desejando que “a boa saúde das contas públicas no país passe do âmbito das cartas de macrointencções para o da árdua e eficaz gestão do dia-a-dia em todas as áreas do serviço público”. O senador reconheceu que uma lei, por si só, não tem a capacidade de erradicar todas as distorções, mas defendeu sua aprovação.

Paulo Hartung pediu uma apreciação atenciosa e célere dessa matéria, sustentando que ela atende plenamente ao que desejava a Assembléia Nacional Constituinte em relação às normas gerais para finanças e dívida pública. Em sua opinião, com esse projeto, o governo deseja dar eficácia e coerên-



Hartung defendeu a lei, lembrando que o país nunca deu a devida importância ao tema

cia a um conjunto de medidas que contribuem decisivamente para melhor organizar o gasto público.

Ele disse que o Brasil nunca deu a devida importância a esse assunto mas, no seu entender, o Brasil preferiu enfrentar o desafio do déficit com sucessivos planos econômicos, pacotes tributários e, mais recentemente, programas de corte de gastos.

Para ele, a Lei de Responsabilidade Fiscal significa o abandono da prática de tentar “tapar buracos” e a implementação de um novo regime, fundamentado em lei nacional.

Antero sugere usar 1% do salário-educação para alfabetizar índios

A educação especial e a educação indígena podem passar a contar com recursos do salário-educação, conforme estabelece projeto de lei do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) que está tramitando na Comissão de Educação, em caráter terminativo. A matéria modifica a Lei n.º 9.766/98, e garante a aplicação dos recursos naquelas áreas educacionais, desde que vinculadas ao ensino fundamental público.

De acordo com o projeto, pelo menos 1% do montante correspondente às quotas federal e estadual do salário-educação será destinado a programas e projetos de educação indígena vinculados ao ensino fundamental público e os recursos só serão repassados aos estados e municípios que possuam nações indígenas.

Antero lembra que a Constituição assegura aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Para o senador, o quadro da educação escolar para os índios



Antero informou que o quadro da educação escolar entre os índios é “desolador”

“é desolador”. De acordo com dados do Ministério da Educação citados pelo senador, 57.692 crianças índias frequentam as escolas indígenas de ensino fundamental. “Para atender a essa população, o país dispõe de 1.673 escolas e 3.127 professores. Vale ressaltar que grande parte dessas escolas oferece apenas o ensino de 1ª a 4ª série, os professores são, na maioria, leigos e o material escolar utilizado é inadequado e insuficiente”, observou.

Escola técnica pode ter nome de João Calmon

Luzia Toledo (PSDB-ES) e Gerson Camata (PMDB-ES) apresentaram projeto de lei que adiciona o nome do ex-senador João Calmon à Escola Técnica do Espírito Santo – Uned, de Colatina, que passará a se chamar Escola Técnica Senador João Calmon. Os senadores argumentam que o ex-senador falecido no ano

passado representa um marco na história parlamentar e educacional do Brasil. Lembram ainda que a atuação de Calmon foi fundamental para a escolha da cidade como sede da escola e ainda para que as obras fossem concluídas, os equipamentos adquiridos e os professores contratados.

Lobão quer que livro didático seja reutilizado

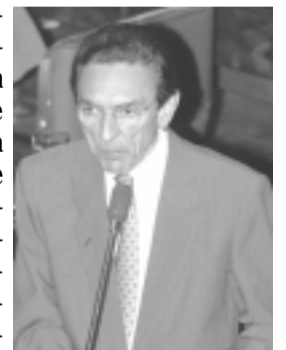
Depois de criticar o Regimento Interno do Senado, que determina o arquivamento de propostas que não tenham recebido parecer favorável das comissões permanentes no prazo de quatro anos, o senador Edison Lobão (PFL-MA) anunciou que está rerepresentando projeto de lei que dispõe sobre a reutilização de livros didáticos no ensino fundamental e médio. Segundo o senador, várias iniciativas semelhantes já tentaram disciplinar o assunto, mas todas elas foram inócuas justamente por não terem uma tramitação rápida ou, ao menos, normal:

– Como se este fosse um país rico, as despesas educacionais públicas e privadas são acrescidas pela reposição de livros, em virtude de motivos fúteis. Com isso, nos distanciamos ainda mais da democratização de oportunidades educacionais numa sociedade onde, sabidamente, não pelo mérito, mas pelas possibilidades financeiras, uns têm muito mais chances do que outros para iniciar e prosseguir na trajetória educacional – frisou.

Edison Lobão disse que todas as soluções estão no seu projeto, inclusive a que atenta para os programas de capacitação de professores e gestores escolares, a fim de sensibilizar os seus participantes a bem utilizar e conservar os livros didáticos.

Ele mencionou, também, artigo publicado no jornal catarinense *O Estado*, em que Dib Cherem, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, lembra o ex-senador Wilson Kleinübing e diz que a sua ausência se faz mais sentida ainda “nesta hora de tumulto da economia brasileira”:

– Nenhum de nós naturalmente esqueceu ou vai esquecer a extraordinária figura do nosso antigo companheiro, como não o esquecerá, por muitas gerações, o povo de Santa Catarina, que ainda se refere a Kleinübing como um dos mais corretos e conspícuos dos seus homens públicos – concluiu Lobão.



Lobão: homenagem à memória de Wilson Kleinübing



Omissões da lei e sentenças divergentes tornam o tema controverso, observa Valadares

Valadares sugere regras para julgar danos morais

Projeto que dispõe sobre danos morais e sua reparação, de autoria do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), foi enviado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para deliberação em caráter terminativo. O seu objetivo é compatibilizar a legislação em vigor com a Constituição e fixar normas para o julgamento dos danos morais.

Valadares explicou que as ações de reparação de danos morais têm-se confundido com as de danos patrimoniais e até mesmo as pensões alimentícias. Ele observa que a lei não fixa critérios para quantificar a reparação dos danos, e a jurisprudência trata temas da mesma natureza de modo diferenciado, levando ao crescente volume de recursos nos tribunais superiores.

O projeto considera bens inerentes à pessoa física o nome, a honra, a fama, a imagem, a intimidade, a credibilidade, a respeitabilidade, a liberdade de ação, a auto-estima, o respeito próprio, a integridade, a segurança e o objeto dos contratos regularmente firmados.

São inerentes à pessoa jurídica e aos entes políticos a imagem, a marca, o símbolo, o prestígio, o nome, a liberdade de ação, a respeitabilidade, o objeto dos contratos regularmente firmados, a segurança e o sigilo de correspondência, científico, industrial e de crédito.

A matéria prevê que o valor da indenização por danos materiais não serve de parâmetros à reparação de danos morais e somente o dano certo dá direito à reparação. "Dano certo, para os efeitos desta lei, é o que decorre de condição ou fato que atinja o bem tutelado, não limitado à imaginação ou convicção pessoal e exclusiva da suposta vítima", define o projeto.

Mauro defende mobilização da sociedade contra a violência

"Não dá para adiar mais", diz senador, para quem a população deve largar a atual posição conformista e unir-se contra a criminalidade

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO), preocupado com a incapacidade demonstrada pelas secretarias de Segurança, polícias militares e pelos governos em geral para impedir a escalada da violência urbana, defendeu o desenvolvimento, pela sociedade, de ações voluntárias coletivas, como campanhas pelo desarmamento e de combate às drogas.

Sob o argumento de que é necessário dar um basta à atitude coletiva de conformismo, Mauro Miranda disse que é preciso acreditar que a união faz a força. "Não acredito em resultados milagrosos como resultado da ação exclusiva do Estado", afirmou.

Chamando de "horror social" o crescimento da criminalidade, que, a seu ver, é fruto da omissão da própria sociedade, o senador disse que a solução para a violência exige que a sociedade se organize, sob o apoio legal e formal das forças do Estado.



Para Mauro, o Estado é incapaz de equacionar sozinho o problema da violência

– Segundo dados oficiais da ONU, o Brasil gasta de R\$ 40 a R\$ 50 bilhões por ano no combate ao crime e na recuperação das vítimas. Em São Paulo, os sistemas de segurança privada correspondem a três

vezes o efetivo de polícias militares. É talvez a indústria que mais cresce no estado mais industrializado – disse ele.

Na sua avaliação, é chegada a hora de a sociedade mobilizar-se, a exemplo do que ocorreu na cidade de Nova York, onde os índices de criminalidade caíram verticalmente graças a um intenso trabalho comunitário de identificação de causas e de encaminhamento de soluções.

– Não dá para adiar mais. Não estou propondo imitação, porque lá o ambiente de proliferação do crime é diferente do ambiente que temos em São Paulo, Rio de Janeiro ou no interior de Goiás. Quero, sim, profissionalizar os internos de presídios para que possam produzir, e cobrar ações repressivas dos órgãos públicos, envolver o Ministério Público e reivindicar do Legislativo melhor legislação, com o aprofundamento dos debates sobre o tema – resumiu o senador.

Alcântara elogia política urbana do governo

Passados quatro anos da criação da Secretaria de Política Urbana, do Ministério do Orçamento e Gestão, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) chamou atenção para a "decisão acertada" do governo Fernando Henrique na criação do órgão, e aproveitou para parabenizar a secretária Maria Emília Rocha Mello de Azevedo, que esteve à frente da secretaria e agora vai assumir o cargo de secretária executiva do Ministério da Cultura.

Alcântara ressaltou a importância que deve ter, num país como o Brasil, uma política urbana bem planejada e bem articulada. As políticas urbanas brasileiras eram, segundo ele, setorializadas e pontuais até que em 1995 o presidente Fernando Henrique Cardoso criou a secretaria.

O seu objetivo é implantar uma política nacional de desenvolvimento urbano capaz de contemplar os setores menos favorecidos da população, de acordo com os mais modernos conceitos existentes nessa área.

– Indiscutivelmente, o Brasil

passou a viver um novo tempo em termos de política urbana. Desde então, temos assistido à vigorosa retomada das políticas públicas nas áreas de habitação, saneamento e infra-estrutura, com notáveis resultados na melhoria de vida em nossas cidades – afirmou o senador.

Para Lúcio Alcântara, esse período, desde a criação da Secretaria de Política Urbana, foi de retomada das políticas públicas nas áreas de saneamento, habitação e infra-estrutura. Segundo ele, foram aplicados R\$ 14 bilhões nesse setores em programas de investimento articulados pela secretaria, beneficiando 8 milhões de famílias e gerando 1,5 milhão de empregos.

O mais importante, no entanto, segundo o parlamentar, foram as iniciativas de estruturação e reorganização institucional do setor, promovidas pela secretaria, com o aprimoramento de leis e a integração entre investimentos municipais, estaduais e federais, resgatando-se assim o papel normativo, regulador e indutor da esfera federal.

– Por meio de ações como essas o governo do presidente Fernando



Lúcio Alcântara afirma que o governo está trabalhando para resolver o déficit habitacional

Henrique vem cumprindo seu papel de agente público responsável pela articulação das iniciativas de toda a sociedade na solução do déficit habitacional brasileiro, sempre tendo em mente o objetivo de garantir moradia adequada a todos, em um ambiente saudável e propício ao desenvolvimento social e econômico – ressaltou.

Lúdio deixa comissão especial do Mercosul

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) despediu-se da presidência da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, preocupado com a limitada participação da comissão nos processos decisórios do mercado comum. Para ele, o Congresso não pode ignorar a importância do papel que pode ser desempenhado pelos parlamentares nos processos de integração.

A comissão, integrada por oito senadores e oito deputados, elegeu o deputado Júlio Redecker (PPB-RS) para presidir a comissão pelos próximos dois anos. Redecker e outros parlamentares homenagearam Lúdio, que, para o novo presidente da comissão, tem "contribuído para redesenhar o Centro-Oeste brasileiro".

Maguito faz visita à Guarda Presidencial

Em visita ao Batalhão da Guarda Presidencial (BGP), o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) disse que o esmero no cumprimento de suas missões tem sido uma das marcas do Exército brasileiro.

O senador, que foi recebido pelo comandante do BGP, coronel Alberto Carlos de Melo Fonseca, afirmou que desde a batalha de Guararapes, em 1648, quando os brasileiros expulsaram os invasores estrangeiros do litoral, o Exército tem ajudado a construir a história brasileira. Para Maguito, o Exército continua "absolutamente ajustado à realidade do Brasil e está presente em todos os rincões do nosso vasto território".

Ele lembrou que foi no BGP, em 1969 e 1970, que serviu como soldado do Exército. Na ocasião, Maguito recebeu das mãos do general Manoel de Jesus e Silva o diploma de "Praça Mais Distinta", que é oferecido aos soldados que se destacam pelo desvelo na instrução, pela disciplina e pelo mérito intelectual. "Meu coração sempre acelera quando me vem à memória esse período de minha vida", disse.

Moreira homenageia desembargador

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) homenageou o desembargador Dimas Ribeiro da Fonseca pelos seus 50 anos de vida pública, iniciados em 1949, no antigo Departamento de Correios e Telégrafos, em São Luís do Maranhão.

Em 1954, Dimas Ribeiro foi transferido para Belo Horizonte, ingressando no Ministério Público em 1959. Depois, passou a integrar o Ministério Público do Distrito Federal, onde permaneceu até ser convidado pelo governador Jorge Teixeira para fundar o Tribunal de Justiça de Rondônia, onde ele também se tornou professor de Direito Penal.

Moreira lembrou que Dimas foi eleito, em 1986, presidente do TRE de Rondônia e exerceu interinamente o cargo de governador do estado em 1990. "Faço questão de prestar esta justa homenagem em meu nome e em nome do povo do meu estado de Rondônia", afirmou.

Bezerra propõe dia de combate à hipertensão

Dia 26 de março se tornará o Dia Nacional de Prevenção e Combate à Hipertensão Arterial, caso seja aprovado projeto nesse sentido do senador Fernando Bezerra (PMDB-RN). A proposta também autoriza o Ministério da Saúde a desenvolver, na semana que antecede 26 de março, uma campanha de conscientização, diagnóstico preventivo e tratamento das doenças cardiovasculares. O projeto foi enviado à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para apreciação em caráter terminativo.

Essas doenças são responsáveis



Fernando Bezerra

por 300 mil óbitos por ano. Segundo o senador, isso representa um evento fatal a cada dois minutos. Ele mostrou ainda as despesas do SUS em assistência médica para as doenças cardiovasculares, que constituem sua principal causa de gastos. Foram R\$ 530 milhões para 1,29 milhão de internações só no ano de 1991.

Segundo Bezerra, é hora de investir na prevenção e controle da hipertensão arterial e das doenças cardiovasculares, para um diagnóstico precoce, que diminuirá os gastos com tratamento e trará mais qualidade de vida ao povo.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 – *Especial Unip* – Programa produzido pela Universidade Paulista. Assunto: Cirurgia Vascular
7h – *Saúde Todo Dia* – O programa trata da importância da atividade física para a saúde. Atividade: Basquete
7h30 – *Especial Unip* – Assunto: Cirurgia Vascular
8h – *Saúde Todo Dia* – Basquete
8h30 – *Jornal do Senado*
8h55 – *Senado em Pauta*
9h – *Cores do Brasil* – Uma viagem pelo país mostrando seu potencial cultural. Em destaque: Diamantina
9h30 – *Entrevista* – O engenheiro Sidney Filho fala sobre direção defensiva
10h – CPI do Judiciário (vivo)
14h30 – Sessão Plenária (vivo)
Logo após – CPI do Sistema Financeiro (vivo)
21h – *Jornal do Senado*
21h15 – *Mulheres em Destaque* – A deputada Luiza Erundina faz um balanço da sua carreira po-

Lítica

21h55 – *Senado em Pauta*
22h – Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – Agenda Senado
Em seguida – Música e informação
10h – CPI do Judiciário (ao vivo)
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo)
Em seguida – Música e informação
19h – “A Voz do Brasil”
Em seguida – Música e informação
20h30 – “Senado em Linha Direta – Edição Nordeste”
Em seguida – Música e informação
21h – “Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste”. Em seguida – Música e informação
21h30 – “Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste”
Em seguida – Música e informação
0h – Sessão Plenária (reprise)
Em seguida – Música e informação

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 Mhz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC/MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Dutra quer voto eletrônico em todo o país no próximo ano

Senador não acha que restrições orçamentárias possam servir de obstáculo à modernização completa do sistema de votação

A fim de evitar que o voto manual se torne regra nos municípios sem recursos, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) quer alterar a Lei Eleitoral para permitir a votação mediante cédula de papel somente nos casos de defeito no equipamento eletrônico. Projeto de Dutra nesse sentido será examinado nos próximos dias pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A proposta altera os artigos 59 e 82 da Lei Eleitoral, garantindo que a votação e a apuração eletrônicas das eleições municipais, previstas para 1º de outubro de 2000, sejam adotadas em todas as seções eleitorais do país. Conforme o parlamentar, na última eleição, realizada no ano passado, cerca de 60% dos eleitores votaram por meio do sistema eletrônico. E a



Dutra tenta evitar que municípios menores continuem com voto manual

razão para 40% terem ficado de fora foi a insuficiência dos recursos orçamentários destinados à Justiça Eleitoral.

Com seu projeto, ele entende que contorna os obstáculos de natureza orçamentária e faz o país avançar. “O ano 2000 traz consigo todo

um simbolismo de progresso técnico e modernização, portanto se impõe um esforço no sentido de que tenhamos eleições integralmente realizadas sob o sistema de voto eletrônico”, argumenta o senador.

Dutra sustenta que, se é certo que o ano de 1999 será marcado pela escassez de recursos orçamentários, ao investir na modernização do sistema de votação o Brasil estará investindo na cidadania e na democracia. Ele considera urgente a aprovação da proposta a fim de que sejam garantidos, nos projetos de leis orçamentárias, os recursos para execução no orçamento do ano 2000. Conforme o parlamentar, o voto eletrônico é um sistema imune às fraudes eleitorais verificadas em algumas áreas do país.

Estevão pede mais segurança contra fraudes

Projeto do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) tenta aprimorar a segurança do voto em urna eletrônica, determinando que, na emissão das folhas de votação, constem o nome dos eleitores e os números dos respectivos títulos, mas não o número do dígito verificador. Pelo projeto, o eleitor deverá dirigir-se à seção de votação e informar ao mesário o número do dígito verificador, a fim de habilitar-se a votar. Caso não tenha esse número, deverá dirigir-se à autoridade competente para obtê-lo.

Em sua justificativa, Luiz Estevão conta que, na última eleição no Distrito Federal, surpreendeu-se com os níveis de abstenção comparados com os resultados da apuração. Diz ter conversado com o corregedor eleitoral e com técnicos de in-

formática do TRE, verificando a possibilidade de, havendo falha na fiscalização, mesários inescrupulosos utilizarem as urnas eletrônicas, de forma fraudulenta, no lugar de eleitores ausentes. Isso devido ao fato de todas as informações necessárias à habilitação do eleitor estarem ali disponíveis.

– Os mesários conhecem os números dos títulos dos eleitores, a partir de determinado horário têm a garantia de que o eleitor não participará do processo eleitoral, e basta que seja disponibilizada a votação para que os mesários, ou qualquer preposto, possam votar – alegou o parlamentar.

Estevão explicou que, se isso ocorrer, o resultado eleitoral não representará a vontade popular, mas de uma pessoa ou grupo de pessoas. O projeto dispõe ainda que, caso o eleitor não esteja de



Luiz Estevão aponta risco de irregularidades no sistema utilizado até agora

posse de seu título nem saiba informar o número do dígito verificador, deverá dirigir-se, no local de votação, à autoridade competente para obter tal informação. Conforme o senador, se aprovado esse projeto, estará garantida a segurança da votação eletrônica.

Estudantes podem receber noções de Direito Penal

Com base na premissa de que a educação é o maior fator de promoção da ordem na

sociedade, o senador Luiz Estevão (PMDB-DF) apresentou projeto de lei que introduz noções de Direito Penal, a partir da quinta série. A proposta acrescenta um parágrafo ao artigo 26 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases para a educação nacional.

O senador demonstra, na justi-

ficativa da proposta, sua preocupação com a formação de gangues de rua, que se “multiplicam geometricamente”. Ele tem convicção de que a causa principal desse fenômeno é a falta de educação, e sua proposta visa à conscientização dos jovens, no sentido do conhecimento da norma jurídica penal.

Viana condena uso do DDT contra a malária

Senador pede ao Ministério da Saúde a adoção do controle biológico de vetores, que preserva o meio ambiente e já é utilizado com sucesso em Cuba

Em apelo dirigido ao Ministério da Saúde, o senador Tião Viana (PT-AC) pediu ontem que o governo deixe de utilizar DDT no combate à malária e reavalie sua política de controle das doenças contagiosas. Ele questionou a relutância das autoridades brasileiras em implementar o controle biológico de vetores.

Tião Viana explicou que no controle biológico são utilizados organismos de uma determinada espécie com o objetivo de controlar, no meio ambiente, a densidade populacional de outro organismo prejudicial à saúde, detectado como vetor de enfermidade humana ou praga para a agricultura. Além de evitar a contaminação do meio ambiente, esse processo, segundo ele, tem ainda como vantagem sua multiplicação em grande escala de for-

ma econômica. O senador informou que essa forma alternativa de combate às pragas já é utilizada em Cuba, com grande sucesso. No Brasil, existem apenas algumas experiências da Embrapa no Rio Grande do Sul, observou, acrescentando que o governo deveria investir mais em pesquisa na área de biotecnologia.

— No novo milênio que se aproxima, a busca de soluções não-agressivas ao meio ambiente, de baixo custo e de grande retorno social para a população, será imperativa na área da saúde pública. Só assim os cidadãos brasileiros terão verdadeiramente assegurado seu direito básico e universal à saúde, conforme estabelece a Carta Magna de 1988 — defendeu.

O senador advertiu que o uso do



Tião Viana questiona a "relutância" em implementar o controle biológico de vetores

DDT é altamente nocivo à saúde e ao meio ambiente, tendo sido proibido o uso desse produto nos Estados Unidos em 1972.

Tião Viana afirmou que mais de dois bilhões de pessoas correm o risco de contrair malária em cerca de 100 países, segundo dados da Organização Mundial da Saúde. Em aparte, o senador Mozarildo

Cavalcanti (PFL-RR) informou que em seu estado o governo conseguiu melhorar os índices de combate à malária importando a experiência de Cuba. Mozarildo sugeriu que a Frente Parlamentar da Saúde encontre mecanismos para fazer com que o ministério busque soluções alternativas para o problema.

Lauro cobra promessa de salário mínimo de US\$ 250

"O Brasil ocupa o quarto lugar no ranking mundial do desemprego", afirmou ontem o senador Lauro Campos (PT-DF), observando que, nessa classificação, o país é superado apenas pela Índia, Indonésia e Rússia. Ele lastimou que o salário mínimo se limite a R\$ 136,00, cifra bem abaixo dos US\$ 250,00 prometidos pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

Referindo-se ao Dia do Trabalho, celebrado sábado passado, e ao aumento de R\$ 6,00 concedido pelo governo para o salário mínimo, o senador se disse chocado. "Será que alguém teria a coragem hoje de dar 20 centavos de esmola ao seu próximo? Pois foi 20 centavos de real por dia que esse governo deu aos trabalhadores brasileiros", afirmou.

Lauro Campos também lembrou que já transcorreram quatro anos desde que o presidente da República prometeu aumentar o salário mínimo para US\$ 250,00. "Descumprida essa promessa, com essa amnésia para tudo e aconselhando a todos que esqueçam tudo o que ele escreveu, tudo o que ele prometeu, em vez de aumento os trabalhadores tiveram em 13 de janeiro, quando o governo mexeu no câmbio, o salário mínimo reduzido para 78 dólares", salientou.

O senador observou que a Austrália paga US\$ 2.098,00 de salário mínimo, e os Estados Unidos, US\$ 1.614,00, enquanto o Brasil se situa abaixo até da Argentina, onde o mínimo é de US\$ 338,00. Para ele, isso acontece em decorrência do "credo neoliberal que desabou sobre a população brasileira", empobrecendo o país e situando-o num ranking "tão preocupante".



Lauro Campos diz que o Brasil ocupa o quarto lugar no ranking mundial do desemprego

Althoff elogia atuação da RBS-TV em Santa Catarina

O senador Geraldo Althoff (PFL-SC) homenageou ontem a Rede Brasil Sul pelos seus 20 anos de atuação em solo catarinense. "A RBS-TV de Santa Catarina se destaca com uma programação de qualidade técnica, fazendo da tecnologia um dos seus maiores diferenciais, tendo sido uma das primeiras empresas a utilizar o videoteipe a cores no departamento de telejornalismo", disse.

Althoff destacou o pioneirismo da emissora, com transmissões ao vivo, jornais locais, programação infantil, entrevistas com personalidades catarinenses, guias turísticos e o *RBS Comunidade*, que apresenta as reivindicações da população.

O senador lembrou a figura

do presidente do grupo, Maurício Sirotsky, ressaltando sua obstinação e capacidade. "Ao definir a rede como um instrumento de união e aproximação entre os catarinenses, ele não mediu esforços para concretizar essa diretriz. Em menos de três meses, levou a emissora a líder de audiência, transmitindo programações locais e levando a todos os catarinenses a imagem e a cultura barriga-verde", disse.

Althoff afirmou que a emissora representa hoje mais do que um instrumento de integração, pois está motivando a população a conservar as raízes catarinenses. "É a própria imagem do povo catarinense, é a vitrine de nossa terra", frisou.



Geraldo Althoff destaca pioneirismo na área de televisão

Cabral destaca artigos sobre Carlos Lacerda

Ao lembrar que Carlos Lacerda estaria completando 85 anos no dia 30 de abril, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) pediu que sejam transcritos nos Anais da Casa dois artigos do jornalista Hélio Fernandes sobre o político. Cabral justificou o registro em razão do esquecimento a que são relegados os homens públicos, e ressaltou que seu objetivo era resgatar um pouco da história.

Na opinião do senador, os artigos intitulados "Conversa com Carlos Lacerda em 1964-1965: sem Anotação, sem Gravador, de Memória (I)" e "Conversa com Carlos Lacerda em 1964-1965: o Prazer Inesquecível da Inteligência (II)", escritos pelo jornalista da *Tribuna da Imprensa* 35 anos depois, servem como lição para todos os políticos.

Cabral citou trechos dos artigos, como aquele em que Hélio Fernandes afirma que "não existe assunto fechado para a inteligência de Carlos Lacerda. Examina tudo, e ele mesmo parece surpreendido com a serenidade interior que o invadiu, precisamente quando adversários e até mesmo correligionários pensavam que estivesse liquidado".

Em outra passagem, o articulista ressaltou que "Carlos Lacerda está alerta e se mantém bem informado



Bernardo Cabral lamenta o esquecimento a que são relegados os homens públicos

sobre todos os acontecimentos das áreas civil e militar. Ele está achando que antes de 3 de outubro de 1966 acontecerá alguma coisa no país".

Bernardo Cabral destacou a grandeza do político e a elegância com que se comportava nos debates, qualidades "que não se vê mais nos dias de hoje". Em aparte, os senadores José Jorge (PFL-PE) e Jefferson Péres (PDT-AM) disseram que, além de grande tribuno, Carlos Lacerda foi um grande administrador. Jefferson revelou que sua oposição a Carlos Lacerda beirava o ódio e disse que hoje reconhece que esse sentimento significava apenas medo do político "demolidor".